

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – CREDUFES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1. Contexto Operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Universidade Federal do Espírito Santo – CRED-UFES é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada 03 de agosto de 1981. Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 3.859/10, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de cooperativas de crédito.

A CRED-UFES é uma sociedade cooperativa de crédito mútuo sem fins lucrativos, integrante do sistema financeiro nacional e tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) O desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado de crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- (ii) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (iii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo;
- (iv) Estimular o desenvolvimento econômico e interesses comuns dos associados.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em xx de março de 2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

Em maio de 2020 foi emitida a Resolução do CMN nº 4.818/2020, consolidando os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras a ser implantada a partir de 01 de janeiro de 2021, exceto para o disposto no artigo 10, parágrafo único, que trata das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

adotando o padrão contábil internacional, que somente produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022, sendo vedada sua aplicação antecipada.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

Tendo em vista o estado de calamidade decretado pelo Governo Federal, Estadual e Municipal, onde foi necessário a adoção de protocolos de segurança visando o processo de contágio e por consequência promover a diminuição dos casos de COVID-19 apresentados, a Administração da COOPERATIVA avaliou a capacidade da instituição de continuar operando diante desse novo cenário.

A partir do mês de março até o mês de agosto de 2020, os atendimentos foram por meios remotos como e-mail, WhatsApp e telefone sem atendimentos presenciais, houve adaptação dos cooperados ao sistema. Houve uma redução das operações, mas não houve paralização das atividades. Houve divisão das tarefas entre os funcionários, as análises e aprovações das operações de créditos pelas instâncias superiores foram realizadas por e-mail ou WhatsApp e os créditos realizados nos Bancos indicados ou na conta corrente e os saques com cartões. As comunicações eram realizadas via site, e-mail, Face book e WhatsApp.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados e são classificadas quanto ao nível de risco de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas Resoluções 2.682 e 2.697 do Conselho Monetário Nacional.

f) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

h) Imobilizado

São demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

j) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

k) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma

obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

m) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, às quais a Cooperativa tem por diretriz.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos de acordo com o Decreto 9.580/2018, art. 194. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 193 do mesmo Decreto.

o) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

p) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2021 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- ✓ Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis;
- ✓ Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidade	156.822,46	363.229,30
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	763.006,95	1.432.814,29
Títulos e Valores Mobiliários	1.269.472,41	922.554,68
Relações Interfinanceiras	112.813,06	-
Total	2.302.114,88	2.718.598,27

5. Aplicação Interfinanceira de Liquidez

As Aplicações Interfinanceiras de Liquidez são mantidas junto a outras Instituições Financeiras, registradas ao custo, acrescidos dos rendimentos incorridos, até o encerramento do balanço.

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros DI – Bancoop	763.006,95	-	1.432.814,29	-
Total	763.006,95	-	1.432.814,29	-

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros derivativos

Os Títulos e Valores Mobiliários são as aplicações mantidas junto a outras Instituições Financeiras, registradas ao custo, acrescidos dos rendimentos incorridos, até o encerramento do balanço.

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cotas de Fundos de Curto Prazo (a)	748.125,14	-	658.806,36	-
Cotas de Fundos Referenciado (b)	521.347,27	-	263.748,32	-
Total	1.269.472,41	-	922.554,68	-

(a) Os valores compostos de cotas de fundos a curto prazo referem – se a aplicações no Banco do Brasil nas modalidades BB RF REF DI 50 mil R\$ 324.744,58 e BB RF CP AUTOMÁTICO R\$ 423.380,56.

(b) A cota de fundos referenciado é aplicado na Caixa Econômica Federal na modalidade R\$ 425.049,24.

7. Relações Interfinanceiras

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Str Bacen (a)	112.813,06	-	-	-
Total	112.813,06	-	-	-

(a) Refere – se a transações de compensações de DOC´s e TED´s junto ao Banco Central do Brasil.

8. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos	3.572.056,13	7.125.117,89	10.697.174,02	10.180.599,03
Financiamentos	7.274,34	7.004,64	14.278,98	20.862,97
Total das Operações de Créditos	3.579.330,47	7.132.122,53	10.711.453,00	10.201.462,00
(-) Provisões para Operações de Crédito	(166.656,30)	(237.016,06)	(403.672,36)	(522.683,36)
Total	3.412.674,17	6.895.106,47	10.307.780,64	9.678.778,64

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimos	Financiamentos	Total das Operações de Créditos 31/12/2021	Provisões em 31/12/2021	Total de Empréstimos em 31/12/2020	Provisões em 31/12/2020
A	0,50%	Normal	8.228.345,11	14.278,98	8.242.624,09	(55.643,56)	7.734.447,09	(49.710,45)
A	0,50%	Vencidas	3.390,31	-	3.390,31	(16,95)	4.871,39	(24,36)
B	1%	Normal	1.491.650,92	-	1.491.650,92	(14.916,51)	884.443,86	(8.844,44)
B	1%	Vencidas	160.443,72	-	160.443,72	(1.604,44)	137.943,33	(1.379,43)
C	3%	Normal	261.805,53	-	261.805,53	(7.854,17)	574.576,73	(17.237,30)
C	3%	Vencidas	66.996,39	-	66.996,39	(2.009,89)	86.997,89	(2.609,94)
D	10%	Normal	5.214,34	-	5.214,34	(521,43)	179.695,04	(17.969,50)
D	10%	Vencidas	40.340,46	-	40.340,46	(4.034,05)	26.406,20	(2.640,62)
E	30%	Normal	54.045,64	-	54.045,64	(16.213,69)	86.721,08	(26.016,32)
E	30%	Vencidas	58.302,85	-	58.302,85	(17.490,86)	84.352,84	(25.305,85)
F	50%	Normal	16.814,31	-	16.814,31	(8.407,16)	14.429,36	(7.214,68)
F	50%	Vencidas	22.783,76	-	22.783,76	(11.391,88)	3.303,74	(1.651,87)
G	70%	Normal	50.849,20	-	50.849,20	(35.594,44)	2.082,99	(1.458,09)
G	70%	Vencidas	26.847,75	-	26.847,75	(18.793,43)	68.566,52	(47.996,56)
H	100%	Normal	69.403,22	-	69.403,22	(69.403,22)	56.260,00	(56.260,00)
H	100%	Vencidas	139.940,51	-	139.940,51	(139.940,51)	256.363,94	(256.363,94)
Normal			10.178.128,27	14.278,98	10.192.407,25	(208.554,18)	9.532.656,15	(184.710,79)
Vencidas			519.045,75	-	519.045,75	(195.282,00)	668.805,85	(337.972,57)
Total Geral			10.697.174,02	14.278,98	10.711.453,00	(403.836,18)	10.201.462,00	(522.683,36)
Provisões					(403.836,18)		(522.683,36)	
Total Líquido					10.307.616,82		9.678.778,64	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90 dias	De 91 até 360 dias	Acima 360 dias	Total
Empréstimos	1.264.221,30	2.307.834,83	7.125.117,89	10.697.174,02
Financiamentos	1.856,40	5.417,94	7.004,64	14.278,98
Totais	1.266.077,70	2.313.252,77	7.132.122,53	10.711.453,00

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	522.683,36	290.910,61
Provisões Constituídas	245.036,42	375.974,77
Transferência de Créditos Baixados para Prejuízo	(363.883,60)	(144.202,02)
Total	403.836,18	522.683,36

e) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2021	% da Carteira Total	31/12/2020	% da Carteira Total
Maior Devedor	165.841,53	1,55%	121.186,09	1,19%
10 Maiores Devedores	1.209.736,90	11,29%	999.787,23	9,80%
50 Maiores Devedores	3.675.799,53	34,32%	3.098.481,45	30,37%

f) Taxas de Empréstimos

As taxas de juros adotadas são compatíveis com o praticado no mercado financeiro e estão descritas na política de empréstimo.

Taxas de Juros das Operações e Crédito

Descrição	Tipo de Juros	Taxa
Portabilidade de Crédito	PRICE	1,08%
Consignado em Folha de Pagamento	PRICE	1,18%
Consignado – Refinanciamento	PRICE	1,69%
Crédito Pessoal	PRICE	2,19%
Crédito Pessoal – Refinanciamento	PRICE	2,69%
Antecipação (Restituição IR/FÉRIAS/13º salário)	PRICE	2,40%

9. Outros créditos

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Diversos	477.272,00	300.000,00	432.206,33	300.000,00
Adiantamentos e antecipações salariais (a)	11.362,93	-	13.821,69	-
Adiantamento para Pagamento em Nossa Conta (b)	793,08	-	-	-
Adiantamento por Conta de Imobilizações (c)	1.387,20	-	-	-
Devedores por Depósitos em Garantia (d)	50.315,46	-	19.209,46	-
Impostos e contribuições a compensar (e)	18.851,80	-	29.754,03	-
Títulos e Créditos a Receber (f) (g)	61.769,69	300.000,00	65.099,58	300.000,00
Devedores diversos – país (h)	332.791,84	-	304.321,57	-

(-) Provisões para outros créditos	(1.955,60)	(300.000,00)	(3.042,76)	-
(-) Com características de concessão de crédito (i)	(1.955,60)	(300.000,00)	(3.042,76)	-
TOTAL	475.316,40	-	429.163,57	300.000,00

- (a) Adiantamento concedido para férias de funcionário;
- (b) Refere – se a valores adiantados de para despesas administrativas;
- (c) Refere – se a adiantamento de aquisição de imobilizado;
- (d) Refere-se a depósitos constituídos preventivamente como garantia de possíveis ações trabalhistas;
- (e) Trata-se de valores de IRPJ e CSLL a maior não compensadas no próprio exercício;
- (f) Trata-se de valores referente ao débito de ex - associado e convênios que a CRED-UFES mantém para beneficiar seus associados e que deverá ser repassado para as conveniadas;
- (g) Refere-se a cotas de capital a receber de desfiliação da Central Cooperativa de Créditos do Espírito Santo - CECOOP;
- (h) Refere- se a desconto em folha que a Cooperativa tem a receber das Empresas Empregadoras dos associados, referente a descontos consignados em suas folhas de pagamentos das prestações de empréstimos, cotas de capital e convênios a receber no início do exercício;
- (i) Refere-se a valores provisionados preventivamente como garantia de não recebimento de valores registrados na rubrica de Devedores Diversos – País e valor a receber da desfiliação da Central Cooperativa de Créditos do Espírito Santo - CECOOP.

10.Outros valores e bens

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Bens de Uso Próprio (a)	146.405,78	146.405,78
Despesas Antecipadas (b)	6.987,19	6.987,19
Total	153.392,97	153.392,97

- (a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.
- (b) Refere- se às antecipações de despesas de prêmios de seguros a apropriar.

11.Investimentos

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Participação em Instituição Financeira Controlada por Cooperativa de Crédito (a)	18.848,00	18.848,00
Outras Participações (b)	185.153,97	185.153,97
(-) Provisão para Perdas em Ações e Cotas (b)	(185.153,97)	(185.153,97)
Total	18.848,00	18.848,00

- (a) Refere- se a ações preferenciais mantidas junto ao Bancoob.

(b) Refere-se a ações na Central das Cooperativas de Créditos Mútuo do Estado do Espírito Santo - CECREST.

(c) O valor registrado em Outras Participações referia-se à participação junto a antiga Central, a CECREST, cujo valor foi 100% provisionado para perdas.

12. Imobilizado de uso

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	Aquisição	Baixa	31/12/2021
Aparelhos de Refrigeração	10%	84.436,53	-	-	84.436,53
Máquinas	10%	4.137,00	-	-	4.137,00
Mobiliário	10%	120.994,23	1.410,00	-	122.404,23
Diversos	20%	2.786,00	-	-	2.786,00
Computadores e Periféricos	20%	228.553,60	12.291,06	-	240.844,66
Sistema de Alarme	20%	9.225,68	-	-	9.225,68
Total do Imobilizado de Uso		450.133,04	13.701,06	-	463.834,10
(-) Depreciação Acumulada		(420.929,17)	(12.040,65)	-	(432.969,82)
Total		29.203,87	1.660,41	-	30.864,28

13. Depósitos

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósitos à Vista	465.154,99	-	545.420,23	-
Depósitos à Vista - Pessoas Físicas (a)	464.609,36	-	545.256,60	-
Depósitos à Vista - Pessoas Jurídicas (a)	545,63	-	163,63	-
Depósitos a Prazo (a)	983.612,49	-	1.047.669,76	-
TOTAL	1.448.767,48	-	1.593.089,99	-

(a) São compostos por valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominados de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

E são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil.

Os depósitos, até o limite de R\$ 250.000,00 (Duzentos e Cinquenta Mil Reais), por CPF ou CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº 4.933/2021.

Modalidade	Taxa de Juros
Modalidade única para valores a partir de R\$ 50,00 e prazo	
Mínimo de 30 dias:	80% do CDI anual

As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

14. Relações Interfinanceiras

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Liquidação Bilateral (a)	-	-	620,41	-
TOTAL	-	-	620,41	-

(a) Recebimento de títulos, TED's de associado pelo caixa, que será compensado no próximo mês.

15. Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
IOF (a)	3.321,87	-	294,95	-
TOTAL	3.321,87	-	294,95	-

(a) Compõem ao saldo desta conta os valores retidos de IOF sobre operações de empréstimos dos associados decêndio de dezembro de 2021 a serem pagos em janeiro de 2022.

16. Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
FATES – Atos Cooperativos (a)	15.121,88	-	81.776,73	-
FATES – Atos Não Cooperativos (a)	59.558,88	-	64.956,46	-
Sobras Líquidas a Distribuir (b)	26.642,16	-	77.148,64	-
Cotas de Capital a Pagar (c)	779.575,36	-	643.071,88	-
TOTAL	880.898,28	-	866.953,71	-

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Instrução Normativa do Banco Central do Brasil nº 187/2021, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei 5.764/71;

(b) Refere – se aos saldos remanescentes de sobras a distribuir de exercícios anteriores;

(c) Referem-se a saldo a devolver de Cotas de Capital de Ex-associados desligados da Cooperativa até 31 de dezembro de 2021. A devolução desse valor ocorrerá de acordo com preceitos estatutários da Cooperativa.

17. Fiscais e Previdenciárias

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições sobre o Lucro (a)	296,23	-	-	-
Impostos e Contr. s/ Serviços de Terceiros (b)	896,98	-	2.409,46	-
Impostos e Contribuições sobre Salários (b)	45.100,89	-	41.284,27	-
Outros (c)	2.906,39	-	1.634,04	-
TOTAL	49.200,49	-	45.327,77	-

- (a) Refere – se a valores apurados de IRPJ e CSLL sobre atos não cooperativo;
- (b) Refere – se a impostos de IRRF e PIS/COFINS/CSLL a recolher sobre serviços de terceiros;
- (c) Referem-se aos impostos relativos a folha de pagamento de IRRF, INSS, FGTS e PIS a serem recolhidos em janeiro de 2022;
- (d) Compõem o saldo desta conta os valores de ISS R\$ 306,52; IRRF sobre Aplicações Financeiras R\$ 556,54; COFINS R\$ 1.757,17 e PIS R\$ 286,16.

18. Diversas

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Despesas Com Pessoal (a)	104.293,64	-	101.760,81	-
Outras Despesas Administrativas (b)	17.786,72	-	17.693,68	-
Credores Diversos (c)	221.258,90	1.104.170,62	237.671,83	1.422.400,87
TOTAL	343.339,26	1.104.170,62	357.126,32	1.422.400,87

- (a) Registro de valores devidos a funcionários referentes a férias e encargos em dezembro de 2021 e 2020;
- (b) Trata – se de provisões de despesas com Assessoria Técnica de R\$ 5.500,00 e Serviços de Vigilância de R\$ 12286,72;
- (c) Compõem o saldo desta conta valores a curto prazo com vencimento em até 365 dias e longo prazo valores incertos de realizações.

Os valores a curto prazo são compostos dos seguintes valores: Contas a Classificar R\$ 23.418,78; Créditos de Associados R\$ 7.170,97; Seguros R\$ 131.731,51 e Convênios R\$ 58.937,64.

O valor a longo prazo refere – se a seguros a devolver.

19. Capital Social

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social (a)	11.122.616,04	10.914.162,29
Quantidade de Associados	1.160	1.230

- (a) O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

20. Reserva de Lucros

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Reserva Legal (a)	534.564,22	522.049,70

- (a) Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

A destinação estatutária no exercício de 2021 é R\$ 12.513,07 (R\$ 83.549,49 em 2019).

21. Sobras Acumuladas

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Perdas do Exercício de 2014 (a)	2.223.826,47	2.561.139,67
Total	2.223.826,47	2.561.139,67

- (a) Em 2020 a administração da Cooperativa decidiu desmembrar no balanço patrimonial os valores compostos nas sobras entre Perdas do Exercício de 2014 e Sobras do Semestre e Exercício corrente.

Periodicamente a administração efetua o inventário a fim de saldar os valores decorrentes de perdas relativo ao exercício de 2014.

22. Sobra do Exercício

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
(=) Resultado Bruto do Exercício	107.820,79	372.663,18
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.137,09)	(2.476,36)
(-) Juros ao Capital	(53.381,05)	(85.910,36)
(-) Destinação do Resultado do Ato Não Cooperativo ao FATES	(8.592,42)	(5.778,16)
(=) Resultado do Ato Cooperativo	41.710,23	278.498,30
Destinações Estatutárias		
(-) Reserva Legal - 30%	(12.513,07)	(83.549,49)
(-) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - 10%	(4.171,02)	(27.849,83)
(=) Sobras à Disposição da Assembleia Geral	25.026,14	167.098,98

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Instrução Normativa do Banco Central do Brasil nº 187/2021, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei 5.764/1971.

23. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Receita de Aplicações Financeiras	83.363,29	41.332,62
Outras Receitas	55.963,93	71.366,72
Despesas Diretas dos Atos Não Cooperativos	(6.621,78)	(7.018,80)
Despesas Totais Dedutíveis Apropriadas na Proporção das Receitas de Atos Não Cooperativos	(119.975,93)	(97.426,03)
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	12.729,51	8.254,51
IRPJ - 15%	(1.909,43)	(1.238,18)
CSLL - 15% e 20%	(2.227,66)	(1.238,18)
Resultado de Atos Não Cooperativos (Lucro Líquido)	8.592,42	5.778,15

24. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado no montante de R\$ 53.381,05 (R\$ 85.910,36 em 2020). Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009.

A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN 2.739/1997.

25. Contingências Passivas

Conforme prevê a NBC TG 25 (R1) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e CPC 25 (R1), recepcionados pelo Banco Central do Brasil mediante Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN, um passivo contingente é uma obrigação possível, mas incerta, ou uma obrigação presente que não é reconhecida por não ser provável que será exigida da entidade a transferência de benefícios econômicos para liquidação e o valor da obrigação não pode ser estimado de maneira confiável.

De acordo com prognóstico elaborado pela assessoria jurídica a respeito dos processos que tramitam na esfera trabalhista, foram mensuradas da seguinte forma:

Processo	Prognóstico	Ação	Valor da Ação
Processo nº 0023769-44.2015.8.08.0024	Perdas Possíveis	Trabalhista	426.013,83
Processo nº 0022234-13.2017.808.0347	Perdas Possíveis	Cível	10.891,73
Processo nº 0001125-76.2015.5.17.0002	Perdas Possíveis	Trabalhista	40.000,00
Processo nº 0001136-93.2015.5.17.0006	Perdas Possíveis	Trabalhista	40.000,00
Processo nº 0001129-92.2015.5.17.0009	Perdas Possíveis	Trabalhista	40.000,00
Processo nº 0001958-12.2016.5.17.0008	Perdas Possíveis	Trabalhista	90.000,00

Nessa circunstância, não há necessidade de reconhecimento contábil de provisão para contingências.

26. Receitas com Operações de Créditos

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos a Depositantes	8.430,37	13.343,08
Cheque Especial	27.762,96	32.580,18
Rendas de Empréstimos	2.244.373,16	2.381.132,13
Rendas de Empréstimos – Multas	5.910,31	5.127,76

Rendas de Empréstimos – Juros e Mora	17.619,31	11.900,78
Rendas de Empréstimos – Outras	283.507,00	155.772,30
Recuperação de Operações de Crédito	119.540,99	165.330,93
TOTAL	2.707.144,10	2.765.187,16

27. Despesas da Intermediações Financeiras

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Aplicações em Depósitos	38.598,68	21.966,10
Rendas de Aplicações em Fundos	44.764,61	19.366,52
Rendas de Serviços Prioritários	16.474,26	9.542,01
Rendas de Outros Serviços	122.959,12	196.484,33
Perdas do Período	-	(1.249,36)
TOTAL	222.796,67	246.109,60

28. Operações com Captação no Mercado

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos a Prazo	24.270,50	34.634,82
Contribuição ao FGCOOP	2.176,28	2.134,17
TOTAL	26.446,78	36.768,99

29. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Reversão da Provisão de Devedores Duvidosos	137.760,81	31.760,32
Reversão da Provisão de Outros Créditos	12.491,21	10.322,92
Provisão de Devedores Duvidosos	(382.633,41)	(407.765,67)
Provisão de Outros Créditos – com Concessão de Crédito	(14.333,75)	(10.768,94)
Provisão de Outros Créditos – sem Concessão de Crédito	(300.000,00)	-
TOTAL	(546.715,14)	(376.451,37)

30. Despesas Pessoal

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Pessoal – Honorários	109.999,19	97.390,42
Despesas de Pessoal – Benefícios	274.486,61	248.671,99
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	269.261,41	259.139,05
Despesas de Pessoal – Proventos	728.247,00	705.901,69
Despesas de Pessoal – Treinamento	-	450,00
TOTAL	1.381.994,21	1.311.553,15

31. Outras Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Água, Energia e Gás	28.894,17	29.046,05
Despesas de Aluguel	30.829,08	41.485,71
Despesas de Comunicações	47.131,42	31.053,50
Despesas de Manutenção e Conservação	13.044,42	14.628,03

Despesas de Material	7.770,65	9.170,38
Despesas de Processamento de Dados	309.087,73	230.673,84
Despesas com Promoções e Relações	3.121,49	1.035,89
Despesas de Propaganda e Publicidade	22.979,00	280,00
Despesas com Publicações	975,00	900,00
Despesas de Seguros	10.361,19	11.697,29
Despesas de Serviços do Sistema	212.823,90	156.066,69
Despesas de Serviços de Terceiros	40.881,37	38.805,76
Despesas com Serviços de Vigilâncias	171.006,33	151.388,82
Despesas de Serviços Técnicos	276.693,15	268.139,49
Despesas de Transportes	717,20	1.404,95
Despesas de Viagens no País	-	1.280,00
Outras Despesas Administrativas	64.725,78	49.790,01
Despesas de Depreciação	12.040,65	51.277,34
TOTAL	1.253.082,53	1.008.123,75

32. Despesas Tributárias

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Tributos Municipais	63,49	1,24
Tributos Estaduais	3.231,72	1.480,03
Tributos Federais	45,10	36,99
Despesas de Impostos sobre Serviços	6.971,77	10.051,33
Despesas de Contribuição ao COFINS	5.573,08	4.003,33
PIS – Folha de Pagamento	7.303,88	7.061,84
PIS – Receitas de atos não Cooperativo	905,62	650,53
TOTAL	24.094,66	23.285,29

33. Outras Receitas Operacionais

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Outras Despesas	313,18	8.379,49
Receitas Diversas	353.796,52	142.240,91
TOTAL	354.109,70	150.620,40

34. Outras Despesas Operacionais

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Descontos Concedidos	130,87	677,34
Outras Despesas Operacionais	1.933,21	123,12
TOTAL	2.064,08	800,46

35. Resultado não Operacional

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Aluguéis	56.449,44	43.454,64
Pro – labore de Seguro	1.718,28	4.159,83
Outras	-	114,56

TOTAL	58.167,72	47.729,03
--------------	------------------	------------------

36. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de depósitos a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, empréstimos.

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito podem ser: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2021**:

Operações de Crédito – Saldos Devedores em 31/12/2021 e 31/12/2020

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Diretoria Executiva e Conselhos de Administração e Fiscal	322.788,15	310.348,12
Pessoas Chaves da Administração (Gerente, Assessores)	60.873,26	57.975,30
Familiares	-	-

Operações de Crédito – Provisões para Risco em 31/12/2021 e 31/12/2020

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Diretoria Executiva e Conselhos de Administração e Fiscal	2.156,90	2.142,49
Pessoas Chaves da Administração (Gerente, Assessores)	304,36	579,75
Familiares	-	-

Depósitos à Vista e a Prazo – Saldos em 31/12/2021 e 31/12/2020

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Diretoria Executiva e Conselhos de Administração e Fiscal	29.028,34	12.844,69
Pessoas Chaves da Administração (Gerente, Assessores)	986,79	1.601,30
Familiares	725,61	170,00

Cotas de Capital Social – Saldos em 31/12/2021 e 31/12/2020

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Diretoria Executiva e Conselhos de Administração e Fiscal	133.434,46	109.288,25
Pessoas Chaves da Administração (Gerente, Assessores)	5.669,10	4.754,98
Familiares	4.134,56	3.096,19

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

No exercício de **2021** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Diretoria Executiva e Conselhos de Administração e Fiscal	100.729,60	97.390,42

37. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores

38. Estrutura Simplificada de Gerenciamento Contínuo de Riscos

Em atendimento a Resolução nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 e conforme faculta a Resolução nº 4.606 de 19 de outubro de 2017 do Conselho Monetário Nacional, a Cooperativa instituiu a estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos capacitada para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco operacional, o risco socio ambiental, o risco de crédito e os demais riscos relevantes ao qual a Instituição esteja exposta, incluindo o monitoramento dos níveis de capital e liquidez.

A Estrutura é formada pelo diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos, a equipe técnica por ele designada para seu assessoramento e pelas políticas e manuais inerentes a área.

Vitória – ES, 31 de dezembro de 2021

Jurandir Pereira Carvalho
Diretor Presidente

Adriani Raimondi
Diretor Responsável pela Área Contábil

Flavia de Souza Verdan Bruske
Contadora
CRC-ES 010.037/O-4

